

Brasília, quinta-feira, 14 de abril de 1988

# CORREIO BRAZILIENSE

Na quarta parte nova os campos ara.  
E se mais mundo houvera, lá chegara.  
CAMÕES, e, VII e 14.

**Diretor-Geral**  
Paulo Cabral de Araújo

**Diretor-Superintendente**  
Edilson Cid Varela

**Diretor-Responsável**  
Ari Cunha

**Editor-Geral**  
Ronaldo Martins Junqueira

**Gerente-Geral**  
Alberto de Sá Filho

**Gerente Financeiro**  
Evaristo de Oliveira

**Gerente Técnico**  
Ari Lopes Cunha

**Gerente Comercial**  
Mauricio Dinepi

## Reajustamento econômico

Com o sentido de complementação das medidas recentemente adotadas, está em gestação nas áreas técnicas do Governo um novo plano de reajustamento da economia. Pretende-se, pelo que até agora se sabe, tanger o sistema econômico sob os ventos bonancosos da liberalização, de modo que, alforriado do asfixiante controle estatal, possa desenvolver-se sob o impulso estimulante dos princípios de mercado.

Há propostas, por exemplo, no sentido de fulminar os obstáculos burocráticos às exportações, com a intenção de favorecer presença mais significativa do Brasil no mercado internacional de trocas. São do mesmo teor as providências cogitadas para a área das importações, que ficariam sujeitas apenas às obrigações tarifárias, eliminadas as proibições atualmente existentes quanto à aquisição de certas mercadorias e equipamentos no exterior.

Prevista está igualmente a suspensão oficial dos controles de preços, com o objetivo de fazê-los flutuar segundo as leis clássicas da economia liberal. A intenção oficial é criar mecanismos naturais de regulação do mercado, por meio da competição e da sedimentação na consciência do povo de uma nova mentalidade consumista, capaz de inibir a especulação.

Embutida na liberalização estaria o ponto nuclear dos objetivos estratégicos: modernizar a economia nacional, torná-la competitiva no conceito da concorrência livre, descongestioná-la dos entraves burocráticos e, finalmente, fazê-la articular-se com o sistema econômico internacional.

É certo que a liberalização pressupõe, também, a devolução à iniciativa privada das atividades econômicas açambarcadas indevidamente pelo Estado, causa fundamental do descontrole das contas oficiais. Quer dizer, fonte primeira de todas as disfunções econômicas, entre as quais desponha exponencialmente a inflação. Igualmente deveria inscrever-se nessa linha de alteração estratégica a livre negociação entre patrões e empregados sobre os reajustes salariais. Seria indispensável, por igual, a maior apropriação pelo Estado dos excedentes líquidos das operações financeiras de caráter especulativo, via política fiscal.

Caso o reajustamento da economia não seja globalizante, restará na opinião pública a impressão de que o Governo pretende apenas satisfazer às exigências do FMI, em busca de um acordo sobre a dívida externa que, em tais condições, revelar-se-á lamentavelmente inócuo.